

ALÉM DA TRADUÇÃO: acesso, permanência e reconhecimento da identidade surda em contextos universitários — uma revisão integrativa

BEYOND TRANSLATION: Access, Retention, and Recognition of deaf identity in higher Education — an integrative review

Tenylle Viviane Lopes Norberto¹
Mônica Luciana da Silva Pereira²

NORBERTO, Tenylle. **Além da Tradução: acesso, permanência e reconhecimento da identidade surda em contextos universitários — uma revisão integrativa**. 2025. Artigo Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica — Instituto Federal de Brasília, Brasília, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as estratégias de acessibilidade linguística adotadas por instituições brasileiras de ensino superior para promover a inclusão de estudantes surdos em cursos da área da saúde. A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, baseou-se em 11 estudos selecionados conforme critérios definidos de período (2015–2025), recorte temático e relevância acadêmica. Os resultados evidenciam que, embora existam avanços legais e algumas iniciativas institucionais promissoras, persistem barreiras estruturais que comprometem a permanência e o desempenho dos estudantes surdos. Entre os principais entraves, destacam-se a escassez de materiais em Libras, as fragilidades na formação docente para o bilinguismo e as dificuldades enfrentadas nos estágios supervisionados. A análise revela que a presença de intérpretes, embora necessária, não é suficiente para assegurar a inclusão plena, sendo imprescindível a adoção de práticas bilíngues, a formação continuada e a consolidação de políticas institucionais comprometidas com a diversidade linguística. Conclui-se que a construção de uma universidade verdadeiramente acessível e inclusiva exige o reconhecimento da Libras como língua legítima de instrução e a valorização da identidade surda nos espaços acadêmicos.

Palavras-chave: surdez; língua brasileira de sinais; educação bilíngue no ensino superior.

¹ Bacharela em Enfermagem, pós-graduanda em Preceptoría em Áreas Profissionais de Saúde pela Escola de Saúde Pública do Distrito Federal (ESPDF) e licencianda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Brasília – *Campus Samambaia*.

E-mail: tenylle67715@estudante.ifb.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9530-0756>.

² Mestra em Ensino para a Educação Básica pelo PPGNEB do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí, Especializações em Língua Brasileira de Sinais, Gestão e Orientação Educacional e Educação de Jovens e Adultos e Licenciada em Letras: Libras e em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. É Professora de Língua Brasileira de Sinais no Instituto Federal de Brasília – *Campus Samambaia*. E-mail: monica.pereira@ifb.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1208-3451>

ABSTRACT

This study analyzes, through a systematic review of the literature, the linguistic accessibility strategies adopted by Brazilian higher education institutions to promote the inclusion of deaf students in health courses. The research, which took a qualitative and exploratory approach, was based on 11 studies selected according to defined criteria of period (2015–2025), thematic focus, and academic relevance. The results show that, although there have been legal advances and some promising institutional initiatives, structural barriers still persist that compromise the retention and performance of deaf students. Among the main obstacles are the scarcity of materials in Brazilian Sign Language (Libras), the pedagogical unpreparedness of teachers, and the difficulties faced in supervised internships. The analysis reveals that the presence of interpreters, although necessary, is not sufficient to ensure full inclusion, and that it is essential to adopt bilingual practices, continuing education, and the consolidation of institutional policies committed to linguistic diversity. It is concluded that the construction of a truly accessible and inclusive university requires the recognition of Libras as a legitimate language of instruction and the valorization of deaf identity in academic spaces.

Keywords: deafness; brazilian sign language (Libras); bilingual education in higher education.

Data de aprovação: 08/12/2025.

1 INTRODUÇÃO

O acesso e a inclusão de estudantes surdos no ensino superior, especialmente nas áreas da saúde, permanecem como desafios relevantes no cenário educacional brasileiro. Embora marcos legais importantes — como o reconhecimento da Libras pela Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) — tenham ampliado direitos linguísticos e educacionais, a participação dessa população nos cursos da saúde ainda é restrita. As barreiras comunicacionais persistentes comprometem não apenas o acesso, mas também a permanência e o desempenho acadêmico, evidenciando que a legislação, por si só, não tem sido suficiente para assegurar condições reais de inclusão.

Para que alcancem êxito e concluam a graduação, não bastam ajustes pontuais ou medidas isoladas. É necessário um modelo educacional que reconheça a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua primária e o português como secundária, garantindo suporte por meio de intérpretes qualificados e materiais acessíveis adaptados às demandas específicas (Strobel, 2009; Quadros, 2006). Essa atenção é especialmente relevante nos cursos da saúde, cuja dinâmica, terminologia técnica e prática clínica durante o estágio supervisionado exigem comunicação precisa e eficaz.

Algumas Instituições de Ensino Superior públicas brasileiras destacam-se por iniciativas em prol da inclusão da comunidade surda, como a atuação de Núcleos de Acessibilidade Educacional e a oferta de formações bilíngues, a exemplo de Letras-Libras. Essas ações têm contribuído para o fortalecimento de políticas linguísticas e para a formação de profissionais fluentes em Libras e português (Quadros; Schmiedt, 2006). No entanto, mesmo em instituições reconhecidas por tais práticas, persistem lacunas na efetivação de metodologias acessíveis, sobretudo na área da saúde, onde a complexidade do conteúdo requer preparação pedagógica consistente.

Como defende Mantoan (2015), a inclusão não se limita à matrícula do aluno, mas implica transformação estrutural e cultural da instituição para que todos participem de forma equitativa. Nessa perspectiva, Demo (2004) alerta que reduzir a função docente à mera transmissão de conteúdos compromete o potencial formativo: a qualidade da educação depende fortemente da qualidade dos professores e de sua capacidade de fomentar a autoria intelectual dos estudantes. Em contextos inclusivos, essa postura docente torna-se indispensável para que o estudante surdo não apenas permaneça, mas se desenvolva plenamente no ambiente acadêmico.

A exclusão vivenciada por estudantes surdos no ensino superior não ocorre de forma isolada, mas reflete padrões mais amplos produzidos por estruturas institucionais que negam participação plena a grupos historicamente marginalizados. Autores como Skliar (2003) e Strobel (2009) evidenciam que a ausência de acessibilidade linguística, de recursos adequados e de práticas pedagógicas bilíngues constitui uma forma de violência simbólica que limita o exercício do direito à educação. Nessa perspectiva, a falta de políticas institucionais consistentes a formação docente ainda incipiente para o bilinguismo configuram barreiras estruturais que, embora distintas em suas manifestações, mantêm mecanismos de exclusão dentro do ensino superior.

A luta por uma universidade bilíngue, portanto, vai muito além da presença de intérpretes. Envolve reconhecer a Libras como língua legítima de instrução,

conforme reivindicam os doutores surdos signatários da Carta Aberta ao Ministro da Educação (2012), na qual defendem políticas que respeitem a especificidade linguística da comunidade surda:

“Todos os pesquisadores sérios proclamam que as ESCOLAS BILÍNGUES PARA SURDOS, cujas línguas de instrução e convívio são a Libras (L1) e o Português escrito (L2), são os melhores espaços acadêmicos para a aprendizagem e inclusão educacional de crianças e jovens surdos” (Campello *et al.*, CARTA ABERTA..., 2012, p. [não paginada]).

Considerando esse cenário, torna-se essencial compreender quais estratégias de acessibilidade linguística têm sido efetivamente adotadas no ensino superior brasileiro para garantir a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes surdos na área da saúde. Embora existam revisões que abordem a inclusão de pessoas surdas em contextos educacionais mais amplos, observa-se uma lacuna significativa de sínteses que sistematizem esse debate com foco específico no ensino superior na área da saúde. Essa ausência fragiliza a formulação de políticas de acessibilidade em cursos cuja prática profissional exige comunicação intensa e precisa com diferentes públicos.

Ao propor uma revisão integrativa com esse recorte, o presente estudo contribui para preencher tal vazio, oferecendo um panorama analítico que, além de mapear barreiras, evidencia estratégias de permanência e valorização da identidade surda (Moura, 2018; Quadros, 2004; Skliar, 1998).

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as estratégias de acessibilidade linguística utilizadas por instituições brasileiras de ensino superior para promover a inclusão de estudantes surdos em cursos da área da saúde. De forma mais específica, busca-se identificar, na literatura científica, as principais barreiras enfrentadas por estudantes surdos; mapear as práticas institucionais e pedagógicas que favorecem a inclusão linguística no ensino superior; e refletir sobre os desafios e potencialidades da implementação de uma abordagem bilíngue, com foco na Libras, nas formações da área da saúde.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa foi estruturada para garantir a consistência e a transparência do processo investigativo. Optou-se por uma revisão integrativa da literatura, entendida como um método que permite identificar, avaliar e sintetizar estudos relevantes sobre determinado tema a partir de procedimentos sistemáticos, explícitos e organizados. Essa abordagem possibilita reunir diferentes tipos de produções acadêmicas — artigos, teses, dissertações e relatórios — e interpretá-las criticamente, oferecendo uma compreensão abrangente e fundamentada sobre o estado da arte de um campo específico (Minayo, 2014).

A investigação foi orientada pela seguinte questão norteadora: quais são as estratégias de acessibilidade linguística adotadas por instituições de ensino superior no Brasil para incluir estudantes surdos em cursos da área da saúde?

Para condução da revisão, seguiram-se princípios metodológicos que enfatizam rigor na seleção do material, clareza no processo, organização e reprodutibilidade das etapas realizadas. Como ferramenta de transparência, utilizaram-se também as recomendações do protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), aplicadas exclusivamente para

descrever o percurso de identificação, triagem e seleção dos estudos (Moher *et al.*, 2009).

Por se tratar de uma investigação qualitativa, caracterizada pela análise de conteúdo e pela síntese narrativa, o PRISMA não foi aplicado em sua totalidade, uma vez que não se realizaram metanálises ou extrações quantitativas. Ainda assim, os elementos compatíveis — como o registro das etapas, os critérios de inclusão e exclusão e a descrição detalhada dos procedimentos — foram incorporados para garantir transparência e rigor metodológico.

Para a seleção do material, foram considerados estudos publicados entre 2015 e 2025, em português, inglês ou espanhol, disponíveis integralmente em meio digital. Foram incluídas publicações com foco no ensino superior, surdez, Libras, educação bilíngue ou acessibilidade nos cursos da área da saúde, abrangendo artigos científicos, dissertações, teses e relatórios técnicos. Excluíram-se trabalhos voltados exclusivamente ao ensino básico, pesquisas centradas apenas na deficiência auditiva sem perspectiva sociolinguística ou bilíngue, estudos duplicados ou cujo conteúdo fosse irrelevante para a questão de pesquisa.

A busca foi realizada nas bases SciELO, BDTD, LILACS e Google Scholar, utilizando descritores combinados por operadores booleanos: (“surdez” AND “ensino superior”) AND (“Libras” OR “educação bilíngue”) AND (“cursos de saúde” OR “acessibilidade linguística” OR “estudantes surdos”).

A triagem inicial resultou em aproximadamente 30 estudos localizados a partir da combinação dos descritores. Na leitura de títulos e resumos, três trabalhos foram excluídos por apresentarem apenas acesso parcial. Os demais foram descartados por apresentarem temáticas muito semelhantes entre si ou por não atenderem plenamente à perspectiva sociolinguística e bilíngue que fundamenta esta pesquisa. Após leitura integral, selecionaram-se 11 estudos para compor o corpus final.

A definição desse número considerou também o critério de saturação temática, conforme descrito por Minayo (2014). Observou-se que, a partir do 13º estudo analisado, os dados passaram a apresentar padrões recorrentes, sem emergência de novas informações relevantes — indicando suficiência teórica para sustentar a análise proposta.

A análise dos dados foi realizada com base na Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), adotando abordagem indutiva e sistematizada. A técnica seguiu três etapas:

1. Pré-análise: leitura flutuante e organização das informações-chave (título, tipo de publicação, presença de Libras, barreiras e estratégias).
2. Exploração do material: codificação e categorização das unidades de registro, permitindo o surgimento progressivo das categorias.
3. Tratamento dos resultados e interpretação: análise crítica das categorias, considerando significados, contradições e padrões relacionados à acessibilidade linguística e à permanência estudantil.

Esta pesquisa não envolveu coleta direta de dados com seres humanos e, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, não exigiu submissão ao Comitê de Ética. Ainda assim, o estudo foi conduzido com base em princípios éticos, respeitando direitos, dignidade e acessibilidade linguística das pessoas com deficiência, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e normativas nacionais e internacionais correlatas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura tem como objetivo apresentar e discutir os referenciais teóricos e empíricos que fundamentam a presente investigação, permitindo compreender de forma crítica os avanços, desafios e lacunas existentes no campo da acessibilidade linguística e da inclusão de estudantes surdos no ensino superior, especialmente em cursos da área da saúde. Tal etapa é essencial para situar o problema de pesquisa no estado da arte, além de oferecer subsídios para a análise e interpretação dos resultados obtidos.

A revisão está organizada de modo a contemplar, inicialmente, os marcos legais e normativos que sustentam o direito à educação inclusiva no Brasil, com destaque para a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e para a regulamentação do uso da Libras no ensino. Em seguida, são apresentados estudos que tratam da educação de surdos em contexto universitário, abordando tanto as barreiras enfrentadas quanto às estratégias pedagógicas e institucionais de acessibilidade linguística.

Por fim, discutem-se pesquisas específicas sobre a formação em saúde, campo em que a presença de estudantes surdos ainda é marcada por tensões entre exigências técnicas da profissão e a necessidade de adaptação linguística e metodológica das práticas acadêmicas. Essa organização busca oferecer um panorama abrangente, mas articulado, evidenciando como a literatura tem tratado o tema e quais pontos permanecem em aberto para investigação.

3.1 A surdez sob a perspectiva da diferença

Historicamente, a surdez foi predominantemente abordada sob a ótica da deficiência, associada à ausência da audição e à suposta perda da capacidade de comunicação. Essa compreensão reducionista sustentou práticas educacionais que visavam “corrigir” ou “compensar” a diferença, alinhando o estudante surdo ao padrão ouvinte.

Em contraponto, estudos fundamentados na perspectiva da diferença, como os de Skliar (2003), propõem uma virada epistemológica ao reconhecer o sujeito surdo como integrante de uma minoria linguística e cultural, cujas práticas sociais se estruturam a partir da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Nesse entendimento, a surdez não é uma limitação, mas uma identidade que deve ser reconhecida e valorizada.

Perlin e Strobel (2008) reforçam essa concepção ao defender práticas pedagógicas que respeitem a Libras como língua primeira (L1) e o português escrito como segunda (L2), assegurando um espaço educacional que legitime a cultura surda. Essa abordagem dialoga com a interculturalidade crítica proposta por Walsh (2009), que questiona hierarquias coloniais e reivindica relações horizontais entre saberes e identidades.

Essa mudança de paradigma implica superar modelos integracionistas em favor de uma pedagogia bilíngue e culturalmente significativa. Para Daroque (2011), tal proposta respeita os modos de aprender da comunidade surda e combate formas de exclusão linguística historicamente naturalizadas nas instituições de ensino.

No ensino superior, Silva (2012) destaca a distância entre o discurso da inclusão e sua efetiva materialização, apontando barreiras estruturais e linguísticas que persistem mesmo diante de avanços normativos. Assim, compreender a surdez

sob a ótica da diferença implica reconhecer que a inclusão plena exige condições linguísticas, culturais e institucionais que garantam participação e aprendizagem efetivas.

3.2 A Libras e o direito à educação bilíngue

A institucionalização da Libras como língua oficial da comunidade surda ocorreu com a promulgação da Lei nº 10.436/2002, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, que estabeleceu diretrizes para sua inclusão nos sistemas de ensino e para a formação de profissionais bilíngues. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça esses direitos ao garantir igualdade de condições no acesso e permanência educacional.

Menezes, Gomides e Ribeiro (2023) enfatizam que a presença da Libras no ambiente acadêmico é condição essencial para o acesso ao conhecimento por parte do estudante surdo. No entanto, alertam que a presença de intérpretes, embora necessária, é insuficiente quando a estrutura pedagógica não está preparada para lidar com a diversidade linguística presente no ensino superior.

3.3 A inclusão do estudante surdo nos cursos da área da saúde

A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro tem conquistado espaço crescente no debate educacional. Contudo, sua efetivação ainda encontra obstáculos pedagógicos, linguísticos, institucionais e culturais.

Partindo da perspectiva da diferença (Skliar, 2003), a surdez é entendida como identidade linguística e cultural, o que demanda o reconhecimento da Libras como língua de instrução. Assim, a educação bilíngue — Libras como L1 e português escrito como L2 — constitui um fundamento ético e epistemológico (Quadros; Schmiedt, 2006).

Strobel (2009) defende a superação de modelos de integração, nos quais o surdo é adaptado a estruturas pensadas para ouvintes. Em vez disso, propõe práticas inclusivas baseadas no protagonismo surdo. No ensino superior, essa discussão assume especial relevância, pois os cursos universitários historicamente não foram concebidos para atender às demandas linguísticas dessa população.

A literatura evidencia obstáculos como:

- ausência de intérpretes em aulas e estágios;
- escassez de materiais bilíngues;
- formação docente ainda incipiente para o bilinguismo;
- falta de políticas institucionais consistentes (Martins; Napolitano, 2017; Gavaldão, 2018; Corrêa, 2022).

Estudos recentes destacam o papel do letramento acadêmico bilíngue (Corrêa, 2022) e da participação ativa dos estudantes na construção de práticas inclusivas (Silva; Sanches, 2019).

No campo da saúde, Araujo (2022) identifica barreiras atitudinais e estruturais, que se ampliam diante da necessidade de comunicação técnica e precisa. Strobel (2009) alerta que, sem preparação institucional consistente, a inclusão se fragiliza ainda mais nesse contexto, dadas as demandas comunicacionais específicas da área.

Além das barreiras comunicacionais, há também a ausência de materiais didáticos em Libras e a dificuldade de professores em adaptar metodologias.

Além das barreiras comunicacionais, a ausência de materiais didáticos adequados e a dificuldade dos docentes em adaptar metodologias persistem. Como assinala Chechinel (2005), muitas instituições ainda operam modelos padronizados que ignoram particularidades linguísticas de estudantes surdos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos onze estudos selecionados evidenciou que a inclusão de estudantes surdos no ensino superior ainda enfrenta desafios estruturais e pedagógicos significativos. Embora o recorte inicial privilegiasse pesquisas voltadas à área da saúde, a escassez de publicações específicas levou à ampliação do escopo, permitindo identificar padrões e tendências comuns.

A partir da análise de conteúdo, emergiram quatro categorias centrais:

1. barreiras institucionais;
2. estratégias pedagógicas e linguísticas;
3. presença da Libras no ambiente acadêmico;
4. condições de permanência estudantil.

Essas categorias refletem a complexidade do processo de inclusão e evidenciam fatores interdependentes que afetam a trajetória acadêmica dos estudantes surdos.

Quadro 2 - Apresentação dos estudos incluídos na revisão integrativa, segundo o título, periódico, autores, ano, tipo de estudo, libras em foco.

Nº	Referência ABNT	Título do Estudo	Ano	Tipo	Nível	Libras em foco	Barreiras	Estratégias
1	Menezes <i>et al.</i> (2023)	Surdez e educação superior: contribuições da tecnologia para o bilinguismo nas universidades	2023	Artigo	Ensino Superior	Sim	Ausência de formação do docente e materiais acessíveis	Plataformas digitais bilíngues
2	Leite(2024)	Surdo no ensino superior	2021	Artigo científico	Ensino Superior	Sim	Barreiras didáticas e comunicacionais	Ações com intérpretes
3	Santos; Lima (2023)	Inclusão de pessoas com	2023	Artigo científico	Ensino Superior	Sim	Ausência de políticas	Inserção de Libras na formação

		deficiência auditiva no ensino superior					estruturas	docentes
4	Diniz (2024)	Reflexões sobre a permanência de estudante surdo na educação superior.	2024	TCC	Ensino Superior	Não exclusivo surdez	Invisibilidade da surdez nas políticas institucionais	Acompanhamento pedagógico, redes de apoio e sensibilidade institucional
5	Araujo (2022)	Inclusão no ensino superior privado em cursos da saúde	2021	Tese	Pós graduação	Não exclusivo surdez	Barreiras atitudinais e estruturais	Intérpretes e apoio pontual
6	Macêdo; Freitas; Silva (2022)	A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior	2022	Artigo científico	Ensino Superior	Sim	Metodológicas e físicas	Formação docente e políticas de permanência
7	Silva; Sanches (2019)	O que dizem os surdos?	2019	Artigo científico	Ensino Superior	Sim	Comunicação precária e falta de voz ativa	Escuta institucional
8	Gavaldão (2018)	Acessibilidade na educação superior	2018	Artigo científico	Ensino Superior	Sim	Formação docente insuficiente	Capacitação continuada
9	Monteiro (2017)	Mestres e doutores surdos no Brasil	2017	Artigo científico	Pós graduação	Sim	Invisibilidade acadêmica	Protagonismo surdo e afirmação identitária
10	Martins; Napolitano (2017)	Direitos de estudantes surdos à educação superior	2017	Artigo científico	Ensino Superior	Sim	Falta de estrutura e práticas efetivas	Cumprimento da legislação
11	Corrêa (2022)	Letramento acadêmico bilíngue para Surdos	2022	Artigo científico	Ensino Superior	Sim	Dificuldade com o português escrito	Valorização da Libras no ensino superior

Fonte: Elaboração própria, 2025.

4.1 Barreiras comunicacionais e ausência de acessibilidade linguística

A ausência de intérpretes em aulas, estágios e atividades extracurriculares é uma das barreiras mais recorrentes (Silva; Sanches, 2019; Gavaldão, 2018). Mesmo quando há intérprete, sua alocação muitas vezes não considera o domínio da área de conhecimento, o que compromete a mediação.

Diniz (2024) discute a invisibilidade da surdez nas políticas institucionais e seus impactos na permanência. Menezes *et al.* (2023) corroboram ao apontar a falta de materiais acessíveis e formação docente adequada.

4.2 Invisibilidade institucional e ausência de políticas estruturadas

Outro ponto crítico identificado na literatura é a invisibilização da surdez nas políticas institucionais de permanência e inclusão (Martins; Napolitano, 2017; Monteiro, 2017). Muitos cursos não preveem ajustes curriculares, materiais acessíveis ou suporte pedagógico contínuo, o que coloca sobre os estudantes surdos a responsabilidade de buscar, de forma quase isolada, condições mínimas para acompanhar as atividades acadêmicas.

Nesse contexto, Araujo (2022) relata barreiras atitudinais e estruturais, enfrentadas mesmo em cursos da área da saúde, enquanto Macêdo; Freitas; Silva (2022) destacam dificuldades metodológicas e físicas, ainda que existam ações voltadas à formação docente e políticas de permanência.

A análise do conjunto dos estudos evidencia uma convergência significativa: a formação docente emerge como o principal desafio para a implementação de práticas bilíngues no ensino superior. Autores destacam, de um lado, a ausência de políticas institucionais consistentes (Martins; Napolitano, 2017; Diniz, 2024), e, de outro, entraves comunicacionais mais imediatos, como a falta de intérpretes em aulas e estágios (Silva; Sanches, 2019; Araujo, 2022). Também há divergências sobre o papel das tecnologias, que, para Menezes *et al.* (2023), podem fortalecer o bilinguismo, embora ainda sejam pouco disponíveis ou acessíveis em Libras. Esses elementos revelam que as barreiras se sobrepõem e se reforçam, resultando em fragilidades estruturais que comprometem tanto o acesso quanto a permanência dos estudantes surdos.

4.3 Formação docente ainda incipiente para o bilinguismo e barreiras pedagógicas

A permanência dos estudantes surdos no ensino superior não se sustenta apenas pela garantia do acesso físico, mas requer condições pedagógicas que assegurem participação plena e aprendizagem efetiva. Para Demo (2004), “ensinar é fazer aprender” e isso não se reduz à simples transmissão de conteúdos, pois reproduzir mecanicamente não promove oportunidades reais de construção do conhecimento.

A qualidade de uma universidade, segundo o autor, depende, de forma decisiva, da qualidade de seus professores e de sua capacidade de favorecer a autoria discente. Essa perspectiva é aprofundada em *Outro Professor*, no qual Demo (2007) analisa o papel do educador contemporâneo e observa que a profissão docente foi, em grande medida, reduzida à função de “dar aula”, como se a mera exposição fosse suficiente para ensinar. Para ele, “alunos podem aprender bem com

professores que aprendem bem”, o que implica reconhecer que a aprendizagem do docente é contínua e indispensável para que este possa atuar como mediador do conhecimento e promotor de participação ativa.

No caso específico dos estudantes surdos, tais princípios se traduzem na necessidade de que o professor domine estratégias de ensino bilíngue, tenha fluência comunicativa em Libras e desenvolva práticas pedagógicas que valorizem a autoria desses alunos, garantindo que sua permanência seja marcada por oportunidades reais de produção de conhecimento e não pela simples adaptação a um ensino centrado na repetição. Nesse sentido, Leite (2024) evidencia barreiras didáticas e comunicacionais, ressaltando a importância da atuação docente e do trabalho com intérpretes para favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

A análise das categorias evidencia que esses eixos não se apresentam de forma isolada, mas de maneira interdependente. A invisibilidade institucional e a formação docente ainda incipiente para o bilinguismo, ao não priorizar a formação continuada em Libras ou em educação bilíngue, e ambos os fatores intensificam as barreiras comunicacionais vivenciadas pelos estudantes surdos. Essa sobreposição de fragilidades indica que políticas de inclusão não podem se restringir a ações pontuais, como a mera oferta de intérpretes, mas devem integrar estratégias que articulem gestão institucional, capacitação docente e valorização da identidade surda como elementos indissociáveis do processo formativo (Gesser, 2009; Lacerda, 2015).

4.4 A Libras como língua de instrução e identidade surda

Observa-se que, embora a maioria dos estudos reconheça a importância da Libras como recurso de acessibilidade, ainda são recorrentes as barreiras comunicacionais, formação docente ainda incipiente para o bilinguismo, e a falta de materiais didáticos bilíngues. Nos cursos da área da saúde, tais barreiras podem impactar diretamente a qualidade da formação e a permanência dos estudantes surdos. Os obstáculos mais frequentes estão na carência de materiais didáticos em Libras, na formação docente ainda incipiente para o bilinguismo, e na carência de materiais acessíveis, aspectos recorrentes nos estudos analisados, especialmente quando se considera a complexidade terminológica presente na formação superior e as demandas comunicacionais que emergem em contextos profissionais.

Esse cenário é intensificado pelo fato de que, na área da saúde, a docência no ensino superior é majoritariamente exercida por profissionais com formação bacharelada, não sendo exigida licenciatura ou preparação pedagógica inicial. Como a disciplina de Libras é obrigatória apenas nas licenciaturas, e optativa nas demais graduações, não há qualquer exigência formal de competência bilíngue para esses docentes, o que contribui para a manutenção das barreiras linguísticas que afetam diretamente a aprendizagem dos estudantes surdos (Brasil, 2005).

Esses aspectos reforçam o que Strobel (2009) já alertava: a inclusão de estudantes surdos em cursos da saúde exige mais do que o cumprimento formal da legislação, exigindo transformação curricular e institucional. Corrêa (2022) também contribui para esse debate ao abordar as dificuldades no português escrito e a valorização da Libras no ensino superior, apontando caminhos para um letramento acadêmico bilíngue. A literatura científica examinada ainda evidencia que o modelo bilíngue é pouco incorporado nos cursos da saúde, sendo mais comum a adoção de estratégias paliativas.

A síntese das categorias analisadas evidencia que as barreiras comunicacionais, a invisibilidade institucional e a formação docente ainda incipiente para o bilinguismo não atuam de forma isolada, mas se inter-relacionam e se potencializam. A falta de políticas institucionais consistentes contribui para a manutenção de lacunas na formação em Libras e em educação bilíngue, o que, por sua vez, intensifica as dificuldades de interação em sala de aula e no cotidiano acadêmico (Gesser, 2009; Lacerda, 2015).

Nesse contexto, a centralidade atribuída ao intérprete como solução única revela-se insuficiente para assegurar inclusão plena, uma vez que a permanência dos estudantes surdos no ensino superior depende de um compromisso institucional mais amplo com a valorização da diferença (Skliar, 1998) e com o reconhecimento da identidade surda como fundamento da política de acessibilidade (Strobel, 2009).

Quadros (2006) argumenta que, para assegurar efetivamente o direito linguístico dos alunos surdos, é crucial considerar a Língua Brasileira de Sinais não apenas como um meio de tradução, mas como uma língua legítima para o processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, os resultados desta análise reforçam que ainda há um percurso importante a ser percorrido para que tais iniciativas sejam amplamente integradas à formação superior, especialmente em cursos da área da saúde. A consolidação de uma educação bilíngue e inclusiva no ensino superior permanece como um desafio em andamento.

Apesar de adotarem enfoques teórico-metodológicos distintos, os estudos analisados convergem no reconhecimento de que a formação docente é o maior desafio para a implementação de práticas bilíngues. Por outro lado, alguns autores destacam barreiras estruturais mais amplas, como a ausência de políticas institucionais claras (Martins; Napolitano, 2017; Diniz, 2024), enquanto outros enfatizam barreiras comunicacionais diretas, incluindo a falta de intérpretes em aulas e estágios (Silva; Sanches, 2019; Araújo, 2022).

Adicionalmente, há divergências quanto ao papel das tecnologias: para Menezes *et al.* (2023), elas representam oportunidades de avanço no bilinguismo, mas outros estudos apontam que tais recursos ainda são limitados ou pouco acessíveis em Libras. Nesse sentido, observa-se que os avanços existentes ainda não configuram uma educação bilíngue plenamente institucionalizada no ensino superior brasileiro.

Portanto, os resultados desta análise reforçam que ainda há um percurso importante a ser percorrido para que tais iniciativas sejam amplamente integradas à formação superior, especialmente em cursos da área da saúde. A consolidação de uma educação bilíngue e inclusiva no ensino superior permanece como um desafio em andamento.

4.5 Síntese do Capítulo

De modo geral, a análise integrada dos estudos selecionados evidencia padrões recorrentes que permitem sintetizar os principais desafios e tendências observados na literatura sobre acessibilidade linguística no ensino superior. Apesar de adotarem enfoques teórico-metodológicos distintos, os estudos analisados convergem no reconhecimento de que a formação docente é o maior desafio para a implementação de práticas bilíngues.

Por outro lado, alguns autores destacam barreiras estruturais mais amplas, como a ausência de políticas institucionais claras (Martins; Napolitano, 2017; Diniz,

2024), enquanto outros enfatizam barreiras comunicacionais diretas, incluindo a falta de intérpretes em aulas e estágios (Silva; Sanches, 2019; Araújo, 2022).

Adicionalmente, há divergências quanto ao papel das tecnologias: para Menezes *et al.* (2023), elas representam oportunidades de avanço no bilinguismo, mas outros estudos apontam que tais recursos ainda são limitados ou pouco acessíveis em Libras. Nesse sentido, observa-se que os avanços existentes ainda não configuram uma educação bilíngue plenamente institucionalizada no ensino superior brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as estratégias de acessibilidade linguística adotadas por instituições de ensino superior no Brasil para promover a inclusão de estudantes surdos, com foco nos cursos da área da saúde. Diante da escassez de estudos específicos sobre essa temática, ampliou-se o escopo para abarcar produções que discutem a inclusão de pessoas surdas no ensino superior de forma mais abrangente, mantendo como eixo central a Libras enquanto língua de instrução e a necessidade de práticas efetivamente bilíngues.

A análise dos onze estudos selecionados revelou a persistência de barreiras comunicacionais, pedagógicas e institucionais que dificultam a permanência e a participação ativa dos estudantes surdos na vida acadêmica. Entre essas barreiras, destacam-se a ausência de políticas estruturadas de acessibilidade linguística, a formação docente ainda incipiente para o bilinguismo, e a precariedade da mediação realizada por intérpretes, especialmente em áreas técnicas as fragilidades na formação docente para o bilinguismo e as dificuldades enfrentadas, e a escassez de materiais didáticos acessíveis. Além disso, emergiram propostas relevantes, como iniciativas institucionais voltadas à acessibilidade, ações de formação docente crítica e o reconhecimento da Libras como língua legítima para a produção de conhecimento.

No que diz respeito aos objetivos específicos, foi possível identificar que os principais obstáculos enfrentados pelos estudantes surdos permanecem estruturais e interdependentes, envolvendo tanto dimensões comunicacionais quanto pedagógicas e institucionais. A análise também permitiu mapear práticas institucionais e pedagógicas que buscam favorecer a inclusão linguística, ainda que muitas delas se apresentem de forma pontual e incipiente, sobretudo nos cursos da área da saúde. Ademais, a reflexão sobre os desafios e potencialidades da abordagem bilíngue evidenciou a importância de incorporar a Libras como língua de instrução e de reconhecer a identidade surda como elemento constitutivo do processo educativo, o que requer transformações curriculares, epistemológicas e organizacionais.

Com base nos achados, conclui-se que a inclusão de estudantes surdos no ensino superior demanda mais do que adaptações técnicas ou ações isoladas. Exige um reposicionamento institucional e epistemológico que reconheça a surdez como diferença linguística e cultural e assegure práticas pedagógicas bilíngues articuladas ao currículo, à formação docente e às políticas de permanência. Embora esta revisão integrativa apresente limitações, como a impossibilidade de abarcar todas as bases de dados relevantes e as variações regionais das experiências analisadas, ela

contribui significativamente para o debate sobre acessibilidade linguística e inclusão universitária.

Em síntese, esta revisão não apenas identificou barreiras, mas também destacou a urgência de formular políticas institucionais amplas que articulem dimensões comunicacionais, pedagógicas e estruturais. Ao iluminar uma lacuna ainda pouco explorada no campo da saúde, os achados apresentados podem subsidiar pesquisas futuras e orientar gestores e formuladores de políticas educacionais na construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos, equitativos e sensíveis à identidade surda.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria Filomena Spinelli. **A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior privado em cursos da área da saúde: trajetórias de permanência**. 2022. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/34120>. Acesso em: 25 jul.2025

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 03 mai. 2025.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. *et al.* **Carta aberta ao Ministro da Educação elaborada pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, que atuam nas áreas de educação e linguística**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2012. Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/grupos-de-pesquisa/CARTAABERTADOSDOUTORESSURDOSADMINISTROMERCADANTE.pdf>. Acesso em: 06 jun.2025.

CHECHINEL, Lenita Ceccone. **Inclusão do aluno surdo no ensino superior: um estudo do uso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de acesso ao conhecimento científico**. 2005. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2005. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/bitstream/123456789/2079/1/tese.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CORRÊA, Adriana Moreira de Souza. Letramento acadêmico bilíngue para surdos: reflexões sobre o acesso e a produção de conhecimento na universidade. **Revista Signos**, v. 43, n. 1, p. 4–23, 2022. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2025

DAROQUE, Samantha Camargo. **Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária**. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188275>. Acesso em: 05 mai. 2025.

DEMO, Pedro. **A outra universidade**. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2004.

DEMO, Pedro. **Outro professor: alunos podem aprender bem com professores que aprendem bem**. Petrópolis: Vozes, 2007.

DINIZ, Viviane dos Santos Barreto. **Reflexões sobre a permanência de estudante surdo na educação superior**. 2024. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Biologia) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2024. Disponível em: <https://ri.ufrb.edu.br/handle/123456789/4148>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GAVALDÃO, Natália. Acessibilidade a estudantes surdos na educação superior: análise de professores sobre o contexto pedagógico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 1, p. 77–94, 2018. Disponível em: Acesso em: 23 jul.2025.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da surdez. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras: formação e atuação profissional**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

LEITE, Gabriela Barbosa Sucupira. Surdos no ensino superior. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. ?, n. ?, p. 1–16, 5 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10462758>. Disponível em: Acesso em: 06 jun. 2025.

MACÊDO, Cleuza Rezende; FREITAS, Cinara Aline de; TEIXEIRA, Luciana Almeida Silva. A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: possibilidades e desafios no acesso e permanência. **Cadernos Macambira**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 27–41, 2023. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/CM/article/view/783> Acesso em: 29 jul.2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; NAPOLITANO, Carlo José. Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior. **Educar em Revista**, n. 64, p. 107–126, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155058910009>. Acesso em: 20 mai.2025.

MENEZES, Isabela Marinho; GOMIDES, Paula Aparecida Diniz; RIBEIRO, Valquíria Ferreira. Surdez e educação superior: contribuições da tecnologia para o bilinguismo nas universidades. **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software**

Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online, [S. l.], v. 11, n. 1, 2023. Disponível em: <https://ciltec.textolivre.pro.br/index.php/CILTecOnline/article/view/1112>. Acesso em: 8 maio 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOHER, David *et al.* Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 28 ago.2025.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2008.

QUADROS, Ronice Muller de. Políticas linguísticas e educação de surdos no Brasil. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DO INES, 5.; SEMINÁRIO NACIONAL DO INES, 11.**, 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: INES, 2007. v. 1, p. 94–102. Disponível em: https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=122#google_vignette. Acesso em: 22 mar. 2025.

QUADROS, Ronice Muller de; SCHMIEDT, Magali S. A trajetória da educação de surdos no Brasil: construindo uma proposta de educação bilíngue. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 61–78, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/T55NhKLDWBBWnZvNCTJ5Qqk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SANTOS, Cleidiane Silva dos; LIMA, Lorrane Marinho. A inclusão de pessoas com deficiência auditiva no ensino superior: contribuições da Libras. **Revista Gestão Universitária em Debate (GUD)**, v. 9, n. 1, p. 74–94, 2023. Disponível em: Acesso em: 29 jul.2025

SILVA, Polliana Barboza; SANCHES, Isabel. A inclusão do estudante surdo no ensino superior: o que dizem os surdos?. **Anais do Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, p. 1–13, 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_M D1_SA11_ID4134_08092017130812.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVA, Luciene da Conceição. **A educação superior e o discurso da inclusão: conceitos, utopias, lutas sociais, realidade**. In: SILVA, Luciene da Conceição (org.). *Inclusão educacional, do discurso à realidade: construções e potencialidades nos diferentes contextos educacionais*. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 45–66.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

STROBEL, Kátia. **Surdez e inclusão: práticas educativas na escola bilíngue**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, resurgir e reviver**. In: CADAU, Vera Maria (org.). *Educação intercultural na América*

Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12–42.

APÊNDICE A — Tecnologias Assistivas para o Acesso e Permanência de Estudantes Surdos no Ensino Superior

Este apêndice apresenta uma síntese das principais tecnologias assistivas que podem contribuir para a promoção da acessibilidade linguística e pedagógica de estudantes surdos em cursos do ensino superior, especialmente na área da saúde. Embora tais recursos não substituam a presença de intérpretes de Libras ou práticas bilíngues, eles ampliam as possibilidades de comunicação, participação e autonomia acadêmica.

1. Tecnologias digitais de apoio à comunicação

- Aplicativos de tradução e dicionários de Libras;
- VLibras;
- Hand Talk;
- Tio Flávio Libras.

Relevância: auxiliam na compreensão de termos técnicos, facilitam a comunicação cotidiana e servem como apoio para estudo individual.

2. Plataformas educacionais acessíveis

Ferramentas de ambientes virtuais de aprendizagem que permitem:

- inserção de vídeos em Libras;
- uso de legendas sincronizadas;
- disponibilização de materiais visuais.

3. Recursos para mediação visual

- Quadros digitais e ferramentas como Jamboard e Miro;
- Softwares de animação para demonstração de procedimentos em saúde.

4. Tecnologias de apoio à interpretação

- Câmeras dedicadas para captação do intérprete em aulas híbridas;
- Plataformas que permitem janela de Libras fixa.

5. Softwares acessíveis para produção acadêmica

- Leitores de tela (para navegação textual);
- Ferramentas de organização visual (Mapas conceituais, MindMeister).

APÊNDICE B — Glossário Bilíngue (Libras/Português) Termos da Área da Saúde e da Acessibilidade

Este glossário reúne termos recorrentes no contexto do ensino superior em saúde e na discussão sobre acessibilidade linguística. Ele pode apoiar docentes, intérpretes e estudantes na compreensão de conceitos-chave.

Termos gerais:

Acessibilidade linguística

PT: Condições que permitem que o estudante surdo compreenda, produza e participe academicamente em sua língua natural (Libras).

LIBRAS: [descrição: sinal de “acesso” + sinal de “língua”]

Bilinguismo

PT: Modelo em que Libras é L1 e português escrito é L2.

LIBRAS: Sinal de “duas línguas”.

Intérprete educacional

PT: Profissional que interpreta conteúdos acadêmicos em Libras.

LIBRAS: Sinal de “intérprete” + “escola”.

Surdo sinalizante

PT: Pessoa que tem a Libras como língua primeira.

LIBRAS: Sinal de “surdo” + “sinalizar”.

Termos da área da saúde (exemplos):

Anatomia — Sinal específico (região corporal).

Avaliação clínica — “avaliação” + “médico”.

Diagnóstico — Sinal bifásico: “identificar” + “doença”.

Enfermagem — Sinal representativo da cruz na parte superior do braço/jaleco.

Fisiologia — Sinal de “corpo” + “funcionar”.

Patologia — “doença” + “estudo”.

(Observação: O glossário segue a prática descritiva, já que a apresentação gráfica de sinais não é possível em texto.)

AGRADECIMENTOS

À Daniela De Souza Vasconcelos Cardoso, cujo apoio, dedicação e incentivo tornaram possível a conclusão deste curso. À comunidade surda, pela força e pela luta diária pelo reconhecimento da Libras como língua legítima de instrução. À comunidade autista, pela coragem e sensibilidade em afirmar diferentes formas de perceber e compreender o mundo. Que este estudo contribua para ampliar o respeito à pluralidade nas universidades.